



# BANCARINHO

Edição

897

12/09/2018 - ANO: XIX



Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro

## Aumento real dos bancários é de 1,31%

O aumento real dos bancários, antes previsto para 1,18%, será maior e passa para 1,31%. Isso porque o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) de agosto ficou estável em relação a julho e fechou os últimos 12 meses (de setembro de 2017 a agosto de 2018) em 3,64%.

A projeção era de 3,78%, mesmo assim, o reajuste salarial final da categoria não muda: será de 5% para salários e todas as demais verbas, como vales alimentação/refeição, 13ª cesta, auxílio creche/baba, parte fixa da PLR.

O aumento real previsto inicialmente (de 1,18%) já era maior do que a média dos reajustes acima da inflação conquistados por outras

categorias entre janeiro a julho. Segundo levantamento do Dieese, que levou em consideração 4.659 acordos fechados no período, 78,4% tiveram ganhos acima da inflação, e a média de aumento real foi de 0,97%. Com o INPC dos últimos doze meses, o reajuste acima da inflação conquistado pela categoria bancária ficou acima da média: 0,34 ponto percentual.

Diante do cenário nacional altamente desfavorável pelo qual passa a economia brasileira, o desfecho da campanha salarial dos bancários foi positivo. Além da garantia dos direitos CCT (Convenção Coletiva de Trabalho), o acordo de dois anos prevê ainda a reposição da inflação mais aumento real de 1% em 1º de setembro de 2019 para os trabalhadores dos bancos públicos e privados.

## Cassi: BB tem pressa em retirar direitos. Vote NÃO

A diretoria do Banco do Brasil tem pressa em modificar o Estatuto da Cassi. As mudanças se baseiam na retirada de direitos e em diversas mudanças na gestão que virão em prejuízo dos associados. Alega que as alterações têm que ser feitas imediatamente para adequar a realidade da Cassi às resoluções da CGPAR, principalmente a 22 e 23.

O BB marcou a votação de 24 de setembro a 5 de outubro, correndo contra o tempo, para aprovar as mudanças no estatuto. Inclusive pretende fazer isto antes da eleição para presidente que, dependendo do eleito, pode mudar todo este quadro, inclusive revendo todas as resoluções da CGPAR, sobretudo a 22 e a 23, que dizem respeito aos planos de saúde das estatais.

Por isto, é importante votar NÃO, para exigir que o banco venha para a mesa de negociação, discutir com os verdadeiros donos da Cassi: os funcionários da ativa e aposentados.

## Bancários começam a receber primeira parcela da PLR



Os trabalhadores do ramo financeiro ligados as entidades bancárias começaram a receber na última semana a primeira parcela da PLR (Participação nos Lucros e Resultados).

No dia 6 de setembro o Banco do

Brasil e Caixa Econômica depositaram a primeira parcela e nesta sexta-feira (14/09), o Safra credita a primeira parcela aos trabalhadores.

Já no dia 20, será a vez do Santander que já informou a data. No mesmo dia, o Itaú também paga a PLR e o PCR (Programa Complementar de Resultados).

O Bradesco ainda não divulgou a data do pagamento da PLR. Mas, o prazo limite definido pela CCT (Convenção Coletiva de Trabalho) é 20 de setembro. O movimento sindical enviou ofício ao banco cobrando a antecipação do crédito do benefício.

## Pis/Pasep passa a ser pago por bancos privados

Em mais uma medida para fragilizar os bancos públicos, o governo Temer autorizou que bancos privados realizem o pagamento das cotas do PIS/Pasep. Desde quando foram criados, esses benefícios sempre ficaram sob a responsabilidade da Caixa e do Banco do Brasil, respectivamente, por integrarem programas públicos de atenção aos trabalhadores tanto do setor privado como público.

Os bancos Bradesco, Itaú, Santander e Bancoob fecharam acordo com o Ministério da Fazenda para realizarem o pagamento das cotas de correntistas que têm direito ao saque, cerca de 9 milhões de pessoas. Responsáveis por gerir alto volume de dinheiro, os fundos PIS e PASEP destinam recursos para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que paga, por exemplo, o seguro-desemprego e abono salarial.

Com a liberação de Temer, todos os cotistas, independente da idade, podem sacar o PIS/Pasep. Além de representar um esvaziamento do fundo em R\$ 39,3 bilhões, essa medida do governo enfraquece a Caixa e o BB, até então os responsáveis por repassar esses valores, destina boa parte desses recursos para os bancos privados, que não têm nenhum compromisso com políticas públicas e que vão lucrar ao utilizar esse dinheiro em operações de empréstimos, por exemplo.

Para o movimento sindical, o governo Temer adota mais uma medida de esvaziamento de recursos geridos pelos bancos públicos, assim como fez com a liberação dos recursos do FGTS em 2017.

Política como essa, além de enfraquecer e limitar a atuação dos bancos públicos, prejudica diretamente os trabalhadores.